


História, historiografia, políticas e práticas: o debate teórico-metodológico atual

History, historiography, policies and practices: the current theoretical-methodological debate

Historia, Historiografía, políticas y prácticas: el debate teórico metodológico actual

José Luis Sanfelice – Universidade Estadual de Campinas– UNICAMP. | Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação. | Campinas | SP | Brasil. E-mail: sanfelice00@gmail.com |  ORCID

Resumo: Este texto, resultante de uma pesquisa bibliográfica, apresenta uma breve reflexão sobre o caminhar histórico da constituição das Ciências Sociais e da História Ciência. A problemática é posta com a retomada das ponderações realizadas pela Comissão Gulbenkian, que reuniu notáveis cientistas e intelectuais, no final do século XX, empenhados em pensarem os desafios das Ciências Sociais face aos paradigmas de conhecimento. Em um segundo momento, atenta-se nos historiadores que verificaram o desenvolvimento da História Ciência em práticas positivistas, marxistas, dos Anais, da Nova História e em um novo paradigma, ou seja, o pós-moderno. Considera-se que a História da Educação é configurada como disciplina acadêmica mais recentemente. Face às relações que se estabelecem entre as Ciências Sociais, a História Ciência e a História da Educação, conclui-se que a última recebe as influências teórico-metodológicas de suas precursoras e que há um campo aberto, indefinido e incerto no seu porvir.

Palavras-chave: Ciências sociais. História Ciência. História da educação.

Abstract: This text, resulting from a bibliographic research, presents a brief reflection on the historical progress of the constitution of Social Sciences and History as Science. The problem is posed with the resumption of considerations carried out by the Gulbenkian Commission, which brought together notable scientists and intellectuals, at the end of the 20th century, committed to think about the challenges of Social Sciences in the face of knowledge paradigms. In a second moment, it looks at the historians who verified the development of History as Science in positivist, Marxist, of the Annals, of the New History practices and in a new paradigm, that is, the postmodern. The History of Education is considered to be configured, as an academic discipline, more recently. In view of the relationships that are established between the Social Sciences, History as Science and the History of Education, it is concluded that the latter receives the theoretical and methodological influences of its antecedents and that there is an open, indefinite and uncertain field in its future.

Keywords: Keywords: Social Sciences. History as science. History of education.

Resumen: Este texto, resultante de una investigación bibliográfica, presenta una breve reflexión sobre el devenir histórico de la constitución de las Ciencias Sociales y de la Historia como ciencia. La problemática se coloca con la retomada de las ponderaciones realizadas por la Comisión Gulbenkian que reunió a notables científicos e intelectuales durante el final del siglo XX, empeñados en pensar los desafíos de las Ciencias Sociales frente a los paradigmas de conocimiento. En un segundo momento, se ampara en los historiadores que verificaron el desarrollo de la Historia como ciencia en prácticas positivistas, marxistas, de los Anales, de la Nueva Historia y en un nuevo paradigma, es decir, el postmoderno. Se considera que la Historia de la Educación se configura como disciplina académica. Frente a las relaciones que se establecen entre las ciencias sociales, la Historia como ciencia y la Historia de la Educación, se concluye que esta última recibe influencias teórico metodológicas de sus precursoras y que hay un campo abierto, indefinido e incierto en su porvenir.

Palabras clave: Ciencias sociales. História como ciência. Historia de la educación.

Inicialmente, penso que o desafio do tema, a rigor bastante atual, não é ao mesmo tempo tão recente assim. Pelo menos, há algumas décadas do final do século XX, questões de tal ordem se apresentam praticamente em todos os campos de conhecimento. Veja-se, por exemplo, a iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian, que nos anos noventa sediou a proposta de Immanuel Wallerstein (diretor do Fernand Braudel Center da Universidade de Binghamton) para se realizar uma reflexão sobre as ciências sociais, reunindo seis estudiosos das ciências sociais, dois das ciências naturais e dois das humanidades. Após anos de estudo, veio a público o resultado do trabalho com a publicação intitulada “*Abrir las ciencias sociales – Informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales*” (1996a).

É difícil avaliar a influência ou o impacto que aquele Informe possa ter tido no campo das ciências sociais ou entre os pesquisadores brasileiros. Independente disso, ele traduz as incertezas vividas pelas ciências sociais ao longo das suas histórias, e, em especial, ao final do século XX. Na publicação brasileira do Informe, realizada pela Cortez Editora (1996), Emir Sader assina uma orelha do livro onde ressalta que a obra se “filia à orientação dos que pensam o saber como um resultado histórico, como um conhecimento que pertence à humanidade”.

Vivenciando o debate acadêmico que se desenrola no cotidiano da academia, nos seminários especializados e em outros âmbitos, sobre os rumos da pesquisa científica nos dias ditos de crise dos paradigmas, decidi retomar o referido Informe como ponto de partida das reflexões aqui sugeridas, uma vez que o considero de grande atualidade e nos apresenta uma sugestiva história do desenvolvimento das ciências sociais. Em seguida, aproximei elementos que alguns historiadores expressivos trazem para a mesma problemática, mas mais centrados no desempenho da História Ciência. Por último, foquei a História da Educação, um campo disciplinar constituído mais recentemente que, à sua maneira, vive as mesmas vicissitudes dos saberes científicos que se sistematizaram anteriormente a ela. Ao término, constatei um desafio constante e incerto quanto ao futuro, pois a sinalização que persiste é a do embate entre tendências, embora possa se vislumbrar alguma possibilidade de nova síntese epistêmica.

O primeiro passo do Informe é sobre “A construção histórica das ciências sociais, do século XVIII até 1945” as considerando, em seus princípios, herdeiras distantes e ingratas dos textos religiosos, filosóficos e da sabedoria oral da humanidade, resultantes ou não de certa pesquisa indutiva.

As ciências sociais constituíram um empreendimento do mundo moderno [...], de desenvolver um saber sistemático e secular acerca da realidade, que de algum modo possa ser empiricamente validado (WALLERSTEIN, 1996b, p. 14).

As ciências chamadas da natureza se impuseram desde o século XVI afastando-se da filosofia e, por volta do século XVIII, os cientistas naturais haviam claramente adquirido direitos exclusivos sobre esse domínio. No contraponto às ciências da natureza, nenhuma denominação comum se conseguiu. Ora era chamado de artes, ora de humanidades, letras, belas artes, filosofia ou simplesmente cultura. Travou-se uma luta em torno de quem havia de controlar o conhecimento relativo ao mundo humano.

Os Estados modernos cada vez mais sentiram a necessidade de buscar as suas decisões em conhecimentos também mais exatos. As Universidades se revitalizaram, afastaram-se da Igreja e se tornaram o lugar preferencial para a criação do conhecimento. Perdia a Teologia e a Medicina permanecia como centro de formação prática e específica.

A história intelectual do século XIX é marcada, antes de tudo, por este processo de disciplinarização e profissionalização do conhecimento, o que significa dizer, pela criação de estruturas institucionais permanentes destinadas, simultaneamente, a produzir um novo conhecimento e a reproduzir os produtores desse conhecimento. A criação de disciplinas múltiplas teve por premissa a crença segundo a qual a investigação sistemática exigia uma concentração especializada nos múltiplos e distintos domínios da sociedade, um estudo racionalmente detalhado em ramos de conhecimento perfeitamente distintos entre si. Essa divisão racional prometia ser eficaz, ou seja, intelectualmente produtiva (WALLERSTEIN, 1996b, p. 21).

As ciências naturais, consideradas mais práticas e úteis, conseguiram apoio social e político mais cedo. Porém, premências históricas da Revolução Francesa e da Revolução Industrial indicavam a necessidade de organizar e racionalizar a mudança social. Era necessário estudá-la. Havia um espaço no mundo do conhecimento e uma necessidade social para que surgissem as Ciências Sociais. No século XIX as disciplinas abriram-se em leque.

Onde ocorreu a institucionalização das disciplinas das ciências sociais? No século XIX em cinco espaços geográficos: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos. Diversíssimo conjunto de nomes de “assuntos” e de “disciplinas” que adentrarão ao século XX e que acabam convergindo para nomes específicos e com um certo consenso. Fundamentalmente cinco: história, economia, sociologia, ciência política e antropologia.

Destaque-se que a história era já praticada de longa data como a própria palavra e como relatos do passado dos povos e dos Estados. Era sobejamente conhecida no mundo do

conhecimento. A historiografia fora sempre objeto de quem detinha o poder. A novidade agora era a ênfase rigorosa posta na descoberta do que aconteceu efetivamente, em oposição a contar histórias imaginadas ou exageradas que lisonjeassem governantes ou grupos poderosos.

[...] ênfase na existência de um mundo real e tido por objetivo, e cognoscível, a ênfase na prova empírica, a ênfase na neutralidade do estudioso. Além disso, a exemplo do estudioso das ciências naturais, o historiador não deve buscar a informação que procura, nem nos escritos já existentes (ou seja, a biblioteca, um lugar de leitura), nem nos processos do seu próprio pensamento (o estúdio ou estudo, lugar por excelência da reflexão), mas antes num espaço onde é possível reunir, armazenar, controlar e manipular uma informação objetiva e exterior (o laboratório ou o arquivo, que é o lugar da investigação (WALLERSTEIN, 1996b, p. 31).

Os historiadores, da nova maneira de fazer história, afastados da filosofia, enveredaram pela escrita das histórias nacionais justificando-as, bem como os seus “povos”. Indiretamente o novo procedimento foi útil aos Estados.

Em aproximadamente cem anos, 1850 a 1945, definiu-se uma série de disciplinas que passaram a constituir o campo do conhecimento das ciências sociais. Nas principais universidades foram criadas as cátedras, departamentos que titulavam nas disciplinas, revistas especializadas, associações nacionais e internacionais de investigadores e catalogação das coleções das bibliotecas em áreas disciplinares. Houve uma institucionalização da formação e da investigação.

Esforço ainda maior foi feito por cada disciplina para definir aquilo que a distinguia das demais. Os historiadores, sob a inspiração de Ranke, grande historiador alemão do século XIX, anunciaram sua especial relação com fontes contidas em arquivos e textos afins. Estavam interessados na reconstrução da realidade do passado e relacionando-a com as necessidades culturais do presente. Seguiram a via interpretativa e hermenêutica estudando fenômenos complexos individualizados ou como partes de contextos diacrônicos e sincrônicos.

Por volta de 1945, as ciências sociais se distinguiram, já universalizadas, das ciências naturais e das humanidades. As ciências naturais estudavam os sistemas não humanos, e as humanidades tinham por objeto de estudo a produção cultural mental e espiritual das sociedades humanas “civilizadas”.

Quando tudo parecia finalmente em ordem, as práticas dos cientistas sociais começariam a mudar após a segunda Guerra Mundial. As práticas e as posições intelectuais dos cientistas sociais começariam a abrir um fosso entre eles e a organização formal das ciências sociais.

Pois bem, o Informe já citado tem como título do seu segundo capítulo o seguinte: “*Debates em las ciencias sociales, de 1945 hasta el presente*” (WALLERSTEIN, 1996a, p. 37).

O poderio norte-americano do pós-guerra afetou as ciências sociais no sentido da definição das questões a abordar com maior premência e a forma mais adequada de trata-las. A afirmação política dos povos não europeus afetou os pressupostos das ciências sociais como se eles se referissem a uma era que chegara ao fim ou estava terminando. A expansão dos sistemas universitários gerou uma pressão estrutural organizativa no sentido da especialização. Os acadêmicos procuravam os seus nichos para definir a originalidade do seu trabalho ou a sua utilidade social.

O efeito mais imediato foi o de incentivar a intromissão recíproca nas áreas disciplinares que lhes estavam mais próximas, esquecendo dessa maneira as diversas legitimações que cada uma das ciências sociais havia edificado para justificar a respectiva especificidade enquanto domínio reservado (WALLERSTEIN, 1996b, p. 54).

Exemplo mais saliente: a criação de estudos por áreas ou regiões, uma nova categoria institucional visando a um reagrupamento do trabalho intelectual. De influência norte-americana e, por definição, multidisciplinares. Os Estados Unidos necessitavam de conhecimento e de especialistas das realidades atuais das várias regiões, principalmente agora que estavam se tornando politicamente ativas. Juntou-se então historiadores, cientistas sociais, antropólogos, geógrafos, estudiosos das literaturas nacionais etc. Com ganhos ou não, a verdade é que no capítulo organizativo, as consequências para as ciências sociais foram imensas. Ficava nu o mito que havia de artificial nas rígidas divisões institucionais do saber associado às áreas sociais. Houve um alargamento geográfico do objeto de estudo e um alargamento do recrutamento dos investigadores.

No campo da história, a história tradicional deixara de atender às exigências modernas. Os historiadores haviam estudado mais a vertente política do que a vida social e econômica. Estudou-se indivíduos e instituições, mas não as estruturas e processos de longa duração. Era necessário alargar os estudos históricos. Recorreu-se às ciências sociais, aos métodos quantitativos, aos conceitos analíticos (classes, papéis sociais, transformação social). Historiadores avançavam sobre a economia, a sociologia e a ciência política e os cientistas sociais sobre a história. Veja-se o movimento conhecido por “nova história” nos Estados Unidos no

princípio do século XX e os movimentos afins ocorridos na França (de que são exemplos os *Annales* e os seus antecessores).

As múltiplas sobreposições entre as disciplinas tornaram cada vez mais difícil achar linhas de diferenciação nítidas entre elas, e cada uma delas se tornou cada vez mais heterogênea. Internamente, passou-se a questionar as premissas de que cada uma delas havia lançado mão na defesa do “seu direito a uma existência autônoma”. A saída? Foi a tentativa de criar novas designações interdisciplinares, como estudos de comunicação, ciências da administração, ciências do comportamento etc.

Os defensores da multidisciplinariedade a consideraram uma resposta favorável às objeções levantadas em consequência da estruturação das disciplinas. Os contrários acham que é uma concessão para contraditoriamente validar os limites de cada ciência e superar a lógica moribunda que lhes atribuía traços distintivos. O período que se seguiu a 1945 foi no sentido inverso ao anterior.

A questão mais imediata prende-se à estrutura organizativa das próprias ciências sociais que começaram por ser disciplinas, disciplinadoras da formação dos futuros investigadores e controladoras das carreiras dos estudiosos (veja-se a carreira acadêmica).

Por outro lado, após 1945 assistiu-se à queda dos pré-requisitos disciplinares. Temas específicos, congressos, revistas científicas deliberadamente ignoram as fronteiras disciplinares. “O momento que atualmente vivemos não é, propriamente, de falência da estrutura disciplinar existente. O que se passa é que estamos num momento em que essa estrutura foi posta em causa e em que diversas estruturas concorrentes entre si procuram vingar” (WALLERSTEIN, 1996b, p. 144).

Exemplo concreto do que o Informe constatava é encontrado na obra que circulou entre nós desde os anos oitenta do século XX e intitulada “Os métodos da história” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983). Sua apresentação foi elaborada pelo historiador Josep Fontana que anunciava:

Este livro prestará uma inestimável ajuda a quantos se interessam seriamente pelo estudo da história e desejam conhecer os métodos atuais de pesquisa do passado [...] Talvez se escandalizem os que se prendem irracionalmente a velhos modos de conceber a história, totalmente superados. Quando virem nestas páginas alguns números, gráficos e equações simples, dirão indignados que isso é ‘confundir a aritmética com a história [...]’ (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 7).

E, ao longo da obra, todo um esforço para viabilizar a “Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social”. Na superação da visão histórica dos positivistas, uma abertura às contribuições trazidas pela Escola dos Anais e os marxistas.

Uma década depois e cronologicamente concomitante à publicação do Informe, Cardoso e Vainfas (1997) tornaram pública a obra coletânea “Domínios da História – ensaios de Teoria e Metodologia” alertando:

Nosso objetivo essencial foi o de traçar um panorama geral e atualizado dos vários campos de investigação na área de história, dando conta dos percursos historiográficos, dos principais conceitos e dos debates e polêmicas que se fizeram presentes na história da disciplina e da pesquisa, com ênfase nas controvérsias atuais. Controvérsias relacionadas ao que muitos consideram ausência ou embate de paradigmas no cenário contemporâneo das ciências humanas (CARDOSO; VAINFAS, 1997, [s.p.]).

A obra é dividida em três partes: Territórios do historiador (áreas, fronteiras, dilemas); Campos de Investigação e linhas de pesquisa e Modelos Teóricos e Novos instrumentos metodológicos: alguns exemplos. Na introdução, assinada por Cardoso, coloca-se o dilema entre o paradigma chamado moderno ou iluminista que atua em nome da Razão e do progresso humano, pretendente de que os estudos sociais se pautem por métodos científicos, e o pós-moderno. Em história o grupo dos Annales, restrito ao período 1929-1969, e os marxistas se situariam na primeira opção.

Grosso modo um paradigma que se caracteriza pela pretensão de escrever uma história científica e racional. As tendências filosóficas fundadoras vinham dos séculos XVIII e XIX, sendo que no último a história surgiu como disciplina reconhecida acadêmica e profissionalmente. Os modelos eram macro-históricos e teorizantes, voltando-se

Sempre para a inteligibilidade, a explicação, a expulsão ou pelo menos a delimitação do irracional, do acaso, do subjetivo [...] Trata-se de uma história analítica, estrutural (e mesmo macroestrutural), explicativa [...], sendo estes alguns dos aspectos centrais de sua racionalidade, sua cientificidade assumida (CARDOSO, 1997 apud CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 4).

A crítica ao paradigma iluminista tem um caráter amplo, filosófico e epistemológico. Cardoso (1997 *apud* CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.10-15) assinala: oposição ao evolucionismo e à noção de progresso; contestação da possibilidade de “explicação racional do social, do humano, que não passaria de uma ilusão cientificista desprovida de conteúdo efetivo, mas pernicioso porque em torno dela se constitui um saber terrorista a serviço do poder [...] e

evacuador de outros saberes”. Objeta-se a ausência da temática do indivíduo, da subjetividade, uma crítica aos *Annales* e ao marxismo. Não há História, há histórias “de” e “para” grupos.

[...] no mundo em que agora vivemos, qualquer ‘meta discurso’, qualquer teoria global, tornou-se impossível de sustentar devido ao colapso da crença nos valores de todo tipo e em sua hierarquização como sendo universais, o que explicaria o assumido niilismo intelectual contemporâneo, com seu relativismo absoluto e sua convicção de que o conhecimento se reduz a processos de semiose e interpretação (hermenêutica) impossíveis de ser hierarquizados de algum modo que possa pretender ao consenso. (CARDOSO, 1997 apud CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.15).

No campo da História, Cardoso (1997 apud CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.22-23) vê a denominada Nova História, assim autodenominada desde 1969, com a mudança dos rumos da revista dos Anais, como trazendo aspectos que vieram para ficar, “entre eles a ampliação considerável dos objetos e estratégias de pesquisa e a reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica”, apesar dos excessos e modismos. Em tom de projeção o autor acima era enfático:

[...] não creio que estejamos obrigados a passar do rigor formal e muitas vezes ilusório do cientificismo para algo tão limitado quanto uma ‘busca interpretativa culturalmente contextualizada’ que se esgote em si mesma. As ciências sociais, entre elas a história, não estão condenadas a escolher entre teorias deterministas da estrutura e teorias voluntaristas da consciência, sobretudo considerando três posturas em suas modalidades unilaterais e polares, nem a passar de uma ciência frequentemente mal conduzida – comprometida com teorias defeituosas da causação e da determinação e com uma análise estrutural – às evanescências da ‘desconstrução’ e ao império exclusivo do relativismo e da microanálise (CARDOSO, 1997 apud CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 23).

Contudo, já em pleno século XXI, Cardoso e Vainfas (2012) organizam uma outra coletânea, intitulada *Novos Domínios da História*, que pretende completar a obra anteriormente citada e para atualizar as informações sobre a História Ciência, explorando territórios não penetrados antes, como, por exemplo a ‘nova história militar’, a ‘história do tempo presente’ e a ‘micro-história’. Campos antes diluídos são então contemplados, como as relações entre história e imagem, história e fotografia, história e cultura material, história e cinema, história e práticas discursivas e história oral, bem como o lugar da informática na pesquisa histórica (verdadeira revolução tecnológica).

Do ponto de vista macro, considero expressivo o relato de Hobsbawm (2002) quando no capítulo intitulado “Entre historiadores” registra a sua vivência secular no referido campo de conhecimento. Primeiro a hegemonia dos positivistas, depois a Escola dos Anais e o marxismo na

crítica aos positivistas. Em seguida, os desdobramentos dos Anais na Nova História e os embates com os marxistas. Hobsbawm (2002) se lamenta de que os jovens historiadores não conheçam as contribuições do marxismo para a ciência da história no que já fez e no que ainda pode fazer. Modestamente, concordo com o maior historiador do século XX.

Na História da Educação, realizada por profissionais que elegem o objeto educação em suas múltiplas manifestações e constitutivos como passível do conhecimento histórico, reflete-se enfaticamente aquilo que acontece nas ciências sociais em geral e nas concepções do que é fazer História. Desde os positivistas, passando pelos marxistas, seguidores dos Anais, da Nova História e pós-modernos, tudo tem se apresentado. Há quem julgue um ganho focar mais a Escola do que os fenômenos educativos gerais (política educacional, financiamento, gestão e outras questões macro). Claro, entretanto, que esta é uma questão teórico-metodológica e não simplesmente uma mera discussão sobre o objeto da investigação. Também há que se convir de que dependendo do método as propostas não se excluem.

A trilogia, bem como a produção subsequente, de Jacques Le Goff e Pierre Nora (1995a, 1995b), *Novos Problemas, Novas Abordagens e Novos Objetos* serviram de referências para muitos pesquisadores que delas se apropriaram de múltiplas maneiras para o estudo do objeto educação. A literatura anglo-saxônica foi outra referência. E em uma terra de ninguém ou de muitos, houve margem para descuidos metodológicos, práticas jornalísticas e literárias. Com alguma frequência se oscila entre o dito multidisciplinar ou disciplina nenhuma.

A História da Educação no Brasil, como campo de pesquisa e disciplina acadêmica, ganhou espaços inusitados nas últimas décadas. São muitos os grupos de pesquisa institucionalizados, algumas sociedades científicas regionais ou nacionais e dezenas de revistas especializadas na área. Prevalece no momento um certo desdobramento contínuo de novos temas a ela incorporados, bem como um ecletismo teórico metodológico ou a bipolarização de tendências. Ensaia-se já várias tentativas de inventariar o que tem sido produzido, como as coletâneas *História e Historiografia da educação no Brasil* organizada por Veiga e Fonseca (2003); *Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia* de Schelbauer, Lombardi e Machado (2006); *Pesquisa e historiografia da Educação brasileira* de Scocuglia e Machado (2006) e *Pesquisa em educação no Brasil: balanços e perspectivas* de Bittar *et al* (2012), dentre outras.

Mais a distância, num futuro talvez não muito longínquo, a análise qualitativa da produção poderá ter maior objetividade, isso se a análise qualitativa, bem como a quantitativa, resistirem aos assédios de que não são relevantes e a objetividade, uma tentativa de aproximação da verdade, não for definitivamente desautorizada. Prevalecerá a “verdade” subjetiva de cada um? Vamos todos para uma pós-modernidade? Ou, passando o vendaval de inovações estabeleceremos novas trilhas? Como já indaguei em outra oportunidade (SANFELICE, 2013, p. 37): “decorridas praticamente duas décadas do novo milênio, há já um porto seguro para as ciências sociais? Quero crer que ainda não”.

Os autores do Informe referenciado anteriormente bem como os historiadores supracitados ensaiaram algumas saídas que apontam para uma imensa necessidade de diálogo entre o mundo disciplinar que cobre o campo das ciências sociais. É preciso manter o clima de quebra das barreiras que, antes rigidamente demarcadas, agora são mais flexíveis e viabilizadoras de uma possibilidade de aglutinação dos aportes teórico-metodológicos que cada disciplina ou ciência pode trazer para a construção de um novo conhecimento. E, com as perspectivas do século XXI que se avizinhava, a preocupação incluía até mesmo a questão do padrão organizacional das universidades, dos departamentos, centros de pesquisa, e outros universos investigativos que teriam que ser repensados numa nova ótica. Não menos importante foi a percepção de que, em decorrência da revolução tecnológica de comunicação e informações, novos caminhos estavam por se abrir para experiências cada vez mais internacionalizadas entre os cientistas de todo o mundo. Há um chamamento para que se incorpore a concepção que derruba barreiras artificiais entre os seres humanos e destes para com a natureza, em benefício de um reconhecimento de que fazemos parte de um universo único, marcado pela flecha do tempo. Não faz sentido isolar qualquer ciência do conjunto das ciências, pois tudo resulta de uma produção social coletiva, determinada e histórica. Esta é a postura que poderá mais nos aproximar de um conhecimento objetivo. As mesmas ponderações são integralmente válidas para os dias de hoje, já decorridas duas décadas do novo século, e se aplicam à História Ciência e à História da Educação.

Referências

- BITTAR, M. *et al.* (orgs.). **Pesquisa em educação no Brasil: balanços e perspectivas**. São Carlos: EDUFSCAR, 2012.
- CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. P. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- HOBSBAWM, E. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1995a.
- LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1995b.
- SANFELICE, José Luis. Desafios às ciências sociais na atualidade. *In*: BERTONI, L. M.; MORORÓ, L. P.; SANT'ANA C. de C. (orgs.). **Desafios epistemológicos das ciências na atualidade**. Bauru: Canal 6, 2013. p. 13-38.
- SCHELBAUER, A. R.; LOMBARDI, J. C.; MACHADO, M. C. G. (orgs.). **Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2006.
- SCOCUGLIA, A. C.; MACHADO, C. J. dos S. (orgs.). **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006.
- VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. de L. E. (orgs.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- WALLERSTEIN, Immanuel. (coord.). **Abrir las ciencias sociales: informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales**. Madrid: Siglo XXI, 1996a.
- WALLERSTEIN, Immanuel. (presidente). **Para abrir as ciências sociais: Comissão Gulbenkian para reestruturação das ciências sociais**. São Paulo. Cortez, 1996b.